2.ª SERIE. TOMO IV.

REVISTA UNIVERSAL LISBONENSE.

SCIENCIAS—AGRICULTURA—INDUSTRIA—LITTERATURA—BELLAS-ARTES—NOTICIAS E COMMERCIO.

COLLABORADA POR MUITOS ESCRIPTORES DISTINCTOS.

Redactor e Proprietario do Jornal—S. J. RIBEIRO DE SÁ.

NUM. 26. QUINTA FEIRA, 5 DE FEVEREIRO DE 1852. **11. ANNO.**

Tomando hoje novamente conta da redacção do nosso jornal, julgamos de rigoroso dever prestar um agradecimento sincero ao amigo que esteve em nosso logar dando, ao mesmo tempo, plena approvação á parte directa que teve durante a nossa ausencia na redacção da REVISTA. A modestia do seu verdadeiro merecimento nos impede de dizer mais nada a seu respeito.

Lisboa 4 de fevereiro de 1852.

S. J. RIBEIRO DE SÁ.

SCIENCIAS, AGRICULTURA E INDUSTRIA.

LIGA DE ALFANDEGAS.

I

A Austria e a Prussia.

A projectada liga da Austria e da Prussia é um dos factos economicos de maior importancia que ao presente se referem á producção e consumo de uma grande parte da riqueza social.

Sem o encararmos, porque não é da nossa competencia, pelo aspecto politico que apresenta em relação a um engrandecimento futuro para a Austria, nós sómente informaremos os nossos leitores do que se passar em relação ao ponto economico a que se refere.

Para que a nova liga se entenda, resumiremos a historia da antiga, conhecida pelo nome de Zolverein.

O Zolverein comprehende a união, em um só systema de pautas de alfandegas, de todos os interesses commerciaes dos Estados do norte da Allemanha, e abrange uma população de mais de 28 milhões de habitantes e uma superficie de 453 mil kilometros quadrados.

Fazem parte do Zolverein a Prussia, a Baviera, o Wurtemberg, o Hesse-Darmstadt, Hesse-Cassel, Saxonia, liga Thuringiana, os Ducados de Baden e de Nassau, Francfort sobre o Meno e o Luxemburgo. Tão vasto territorio tem como sahida maritima a leste, por onde é banhado pelo Vistula, alguns excellentes portos no mar do norte como Dantzick e Stettin, e ao oeste sendo atravessado pelo Elba, pelo Weser e pelo Rheno não se estende até ao mar Baltico e dá sahida aos seus productos pelo intermedio dos portos da Hollanda.

Esta liga de alfandegas foi uma das importantes consequencias do bloqueio continental.

Em 1813, quando a industria ingleza desafogada desse bloqueio parecia querer inundar a Europa com o excesso e a accumulação dos seus productos, os paizes noveis na vida industrial foram as primeiras victimas de tão grande desiquilibrio nas forças productivas. A historia industrial do nosso paiz é prova authentica da perturbação e ruina que esse desiquilibrio trazia a par de si. A situação da Prussia foi agravada com o facto das leis dos cereaes fecharem os portos da Inglaterra á sua exportação. Em taes circumstancias o seu primeiro cuidado foi melhorar as suas communicações internas, para que o custo do transporte não augmentasse sem proveito o preço dos seus productos. Em seguida a lei de 11 de junho de 1846 acabou com as alfandegas internas e removeu as para a fronteira. Dois annos depois uma lei estabeleceu o principio geral da livre importação dos productos estrangeiros e da livre exportação dos productos indigenas. Mas este principio tinha um limite em que se exercia; e o proprio Frederico List, o sustentador do Zolverein, como observa um jornalista francez, não se pronunciou por uma liga austro-allemã senão quando a industria allemã podesse competir com a industria austriaca.

Para o novo systema de alfandegas se estabelecer devia a Prussia reunir aos seus interesses os de varios estados independentes que estavam encravados no seu territorio. Foi o que fez. E ao cabo de bem dirigido trabalho começou por obter em 1828 o as-

sentimento de alguns estados secundarios e em 1831 de outros mais importantes, até que as adherencias de 1833 deram força a esse pensamento grande e fecundo, até que o tractado de 22 de março de 1833 celebrado com a associação formada pela Baviera, Wurtemberg e outros estados foi considerado como lei fundamental do Zolverein. O tractado reduzido a estes termos estipula:

Que haja uniformidade nos direitos de entrada, de sahida e de transito em toda a extensão da liga.

Que nessa mesma extensão haja liberdade de commercio e de communicação, só com as prevenções dirigidas pelas considerações da politica geral.

Que certas e determinadas estradas fossem designadas para o transito das mercadorias.

Que a Prussia admittisse nos seus portos de mar os productos dos outros estados com as mesmas condições com que admittia os seus.

Que o producto das alfandegas formasse um fundo commum, repartido proporcionalmente pela população de cada estado associado.

Que de tres em tres annos os plenipotenciarios da liga se reunissem para resolverem as questões de interesse commum.

As consequencias desta liga foram taes que o Zolverein se constituiu o terceiro poder commercial e manufactureiro da Europa, como acertadamente lhe chama o nosso amigo Mr. Sallandrouze de la Mornaix, nas suas importantes *Cartas Industriaes*. E se os limites deste artigo o permittissem, seria facil plenamente provar esta asserção, dando extracto do estudo que temos presente, feito por Mr. Legentil e por Mr. Goldemberg em 1845, por ordem do governo francez, visitando a exposição de Berlin e as principaes fabricas da Prussia, da Saxonia e da Baviera. Mas um documento mais recente e conhecido por milhares de pessoas veio revelar o grau desse poder; e se Mr. de La Mornaix escrevesse as suas *cartas* depois da Exposição Universal, teria pelo menos hesitado antes de designar a ordem em que esse poder está em relação ás forças productivas da riqueza.

Desde a abertura da Exposição todos os visitantes haviam feito especial reparo na profusão, na variedade e no caracter especial que apresentara a Exposição de productos, de origens tão differentes, cobertos com um só e unico emblema, o Zolverein. Não estavam ahi só representados os productos precisos para as necessidades sociaes dos vinte e oito milhões de habitantes que esse emblema representava, mas estavam tambem muitos dos productos considerados até aqui como do fabrico quasi especial da Inglaterra e até alguns da França, desses que os mercados do mundo não sabem procurar senão na praça de Londres. A sensação causada em Inglaterra pela Exposição do Zolverein foi grande, e muito mais corpo tomou quando de Londres correu para todas as cidades fabris a estranha e inesperada nova de que um livro annunciado, e tambem distribuido, com o titulo de *General catalogue of articles from the German Zoll-Verein and Northern Germany sent to the London Exhibiton of industry*. — Era o preço corrente authentico de todos os productos, firmado com as assignaturas do sr. George Von Tiebahn conselheiro na repartição das finanças e do sr. conselheiro Wedding, datado e impresso em Berlin, e fixando muitos dos preços inferiores aos dos inglezes. Em absoluto nós não avaliamos a industria do Zolverein como superior á industria ingleza, a primeira do mundo; mas notamos os factos que se passaram diante de nós, e que são um eloquente exemplo para os povos que estão na situação geographica e politica em que estavam os differentes estados que ao presente constituem o Zolverein, e porque este artigo é por nós considerado como a indispensavel introducção de outro em que tencionamos fazer algumas considerações sobre a situação economica da Hispanha e de Portugal.

A Austria procura hoje uma base ao seu poder nesse mesmo eloquente exemplo, que ha cerca de 20 annos tem á vista. Projecta uma liga de alfandegas que tenha de abranger os interesses dos povos que se comprehendem entre o Rheno e o Olto, entre Hamburgo e Veneza. Phenomeno estranho; ao passo que o Zolverein absorve com o nome de Steververein a liga separada, que haviam formado o reino de Hanover, o Oldembourg, o Schaubourg-Lipe e parte do Brunswick, não julga a sua independencia livre da grande absorpção da Austria. Para estabelecer as bases da liga austriaca allemã, foi convocado para Vienna um congresso especial e a Prussia tambem foi convocada.

O Zolverein mostra receio das intenções da Austria, e a Prussia mais do que os outros estados se inquieta com a proposição.

Nós temos sobre o que se está passando nesse congresso as informações mais authenticas e para nós mais dignas de credito, e sendo ministradas por quem percebe a vantagem que a Peninsula tem no estudo desta grave questão. Parece-nos que a resumiremos com verdade, dizendo — que devendo as conferencias começadas a 7 de janeiro findo acabar no fim do corrente mez é de esperar que a Prussia no entanto cesse de se mostrar hostil a tão grande pensamento economico.

O projecto apresentado pela Austria revela intelligencia e tem uma grande vastidão de pensamento. As suas principaes bases são:

Acceitação com ligeiras modificações do systema actual do Zolverein.

A existencia de uma representação consular para todos os estados alliados, commum para todos.

A adopção, em principio, de uma unidade monetaria uniforme.

Repartição proporcional da receita das alfandegas baseada sobre as ultimas estatisticas.

O estabelecimento de um congresso especial permanente em Francfort para regular todas as condições desta nova liga commercial.

Tomaram já parte nas conferencias a Baviera, o Wurtemberg, o Hanover, o Grão-Ducado de Hesse, Saxonia, o Grão-Ducado de Baden, a Hesse Eleitoral, Brunswick, Grande Ducado de Oldembourg, Francfort e as cidades anseaticas. Os primeiros trabalhos do congresso apresentam indicios favoraveis á Austria e parece que as instrucções da maioria dos plenipotenciarios os auctorisam para acceitarem (salvo modificações ulteriores) as propostas da Austria.

As ultimas noticias dadas pelo *Lloyd* austriaco annunciam o bom andamento dos trabalhos do congresso, e afirmam que os plenipotenciarios se mostram convencidos de que os interesses do Zolverein allemão e os da Austria exigem a liga destes dois grupos de interesses commerciaes. O projecto do governo imperial serve de base para a discussão e a nova pauta austriaca parece que será a base da pauta da projectada liga.

As vantagens deste systema são já hoje impossiveis de contrariar. Nem só a nacionalidade dos povos comprehendidos recebe um novo vigor dentro dentro dos limites nacionaes que a civilisação impoem a este sentimento honroso; mas os interesses moraes e physicos se robustecem a ponto de rapidamente desenvolverem todas as forças productivas desses paizes. Na historia dos ultimos annos, entre os complicados acontecimentos da Italia, se uma verdade se descobre entre tantas esperanças e decepções, é a verdade economica em que o infeliz e sabio Rossi queria começar a basear a verdadeira independencia da Italia, fixando regras para uma liga commercial entre Roma, Florença, Turin e Napoles.

Com os caminhos de ferro, o vapor, e a força das machinas, a unica solução possivel do problema economico da producção dos valores para os povos, que o territorio ou os interesses ligam, mas a historia separa, é uma liga de alfandegas.

S. J. RIBEIRO DE SA'.

EXPOSTOS.

Cumprindo a missão de archivar nos volumes do nosso jornal todos quantos esclarecimentos se possam resumir para se avaliar a situação moral e economica do paiz, daremos hoje publicidade a documentos que dizem respeito aos expostos do districto de Coimbra e do districto de Ponta-Delgada. Começaremos por Coimbra.

Os mappas do movimento dos expostos neste districto desde o 1.º de janeiro de 1844 até 7 de maio de 1850 dão entrados nas rodas 4,384 e fallecidos 2,705! saídos para a creação das amas externas 1,490.

A progressão da mortalidade de 1845 em diante é espantosa, o que se prova pelo seguinte desenvolvimento dos numeros que acima escrevemos:

	Entrados.	*Fallecidos.*
1844	634	24
1845	731	408
1846	713	511
1847	751	531
1848	706	557
1849	648	521
1850 até maio	204	153

A administração é uma sciencia de principios e uma sciencia de factos, e é sempre na presença destes que o bom e verdadeiro agente da administração publica deve pôr em pratica os recursos de que dispoem. O quadro funerario que temos diante dos olhos apresenta-nos tres factos:

Augmento de expostos.

Augmento de mortalidade.

Desproporção notavel entre a mortalidade de 1844 e a dos annos subsequentes.

Como uma das mais poderosas causas do augmento dos expostos aponta-se a suppressão das outras rodas do districto e a sua centralisação na de Coimbra.

Para o augmento da mortalidade parece ao *Observador* — que justificadamente se indigna perante este quasi infanticidio legal — que tenham concorrido:

1.º A demora dos engeitados na roda onde as amas internas não pódem prover ao sustento de tantas creanças.

2.º A falta de cuidado das amas externas, as quaes não concorrem por se lhes deverem 40 mezes!

Em tudo isto devem haver outras causas que só os olhos da administração pódem vêr, sendo bem dirigida e sabendo cumprir com a sua missão.

Nós chamamos sobre este ponto a séria attenção do governo, pois que desviando os olhos do continente lá deparamos com outro lastimoso quadro, que para elogio da auctoridade que tão bem o soube traçar aqui reproduzimos, porque serve de louvor incontestavel ao zêlo do sr. Antonio Teixeira de Macedo, secretario geral do districto de Ponta-Delgada. Destes documentos desejariamos que se nos remettessem muitos para publicar nas columnas da REVISTA.

S. J. RIBEIRO DE SÁ.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A ADMINISTRAÇÃO DE EXPOSTOS, OFFERECIDAS Á JUNTA GERAL DO DISTRICTO DE PONTA-DELGADA EM 1851, PELO SECRETARIO GERAL DO MESMO DISTRICTO, ANTONIO TEIXEIRA DE MACEDO.

Senhores. — O decreto de 9 de setembro de 1836 auctorisa as juntas geraes administrativas dos districtos a fazerem regulamentos para as rodas, e attenderem simultaneamente á cifra para fazer face ás despezas dos expostos. Sem que pretenda fazer a menor arguição, dizendo que a maxima parte das juntas se tem limitado á discussão das verbas de receita e despeza, e pouco hão curado de melhorar a sorte moral, social e civil desses filhos adoptivos da sociedade, não faltarei á verdade. Entretanto é fóra de duvida que as reiteradas oscillações politicas por que a nossa malfadada patria ha passado, teem impedido espiritos eminentemente illustrados de toma-

rem a iniciativa nesta grande questão administrativa. É tempo pois que nos convençamos de que a classe por quem advogamos navega n'um mar de escolhos, e que devemos aproveitar todos os momentos de remanso para lhe assegurarmos um futuro mais propicio. Se com estas considerações não ajudarmos a fazer grande colheita na seara, dar-nos-hemos por bem pagos, nas palavras de Diniz, se a junta, como o Nilo,

«....na gran carreira ás ondas grato,
Tributo de caudaes rios acceita
Soberbo não regeita
Pobre feudo de incognito regato.»

Serão as rodas proveitosas á sociedade?

Dizem os apologistas, que ellas são asylos seguros onde a fraqueza se póde refugiar; — que sem ellas á mulher que se torna mãe, e que chora sobre a sua culpa, faltaria a coragem de aleitar, e crear publicamente seu filho; — que finalmente asseguram melhor que nenhum outro meio a existencia das creanças abandonadas.

As rodas, dizem os antagonistas, com pretexto de consolarem a miseria, servem de manter e propagar o amancebamento que para poupar, conservar o pudor de um sexo tão fragil, e salvar as apparencias da virgindade, apaga o doce, o meigo affecto da maternidade. Quando se lhes diz, que engeitando-se as creanças, se impedem as mães crueis de matarem os filhos recemnascidos, respondem que suppondo mesmo que estes asylos sejam mais efficazes que os ameaços, e castigos: se não deve com o especioso pretexto de impedir duas, ou tres mães de serem monstros, aventurar que cem mil sejam madrastas! se os brutos mais ferozes expoem as vidas para defenderem suas crias, hão de creaturas racionaes, ha de o sexo da sensibilidade, repudiar os filhos, que gerára? Será o tigre mais terno que a mulher? O nome, dizem elles, o terno nome de mãe, que abala as entranhas á vista do seu sangue, e excita o doce sorriso do filho innocente, bem depressa acharia a natureza muda; e d'aqui concluem que o hospicio dos engeitados é o tumulo do amor maternal.

As rodas, dizem uns terceiros, fundados em analyses comparativas feitas em diversos paizes, não promovem nem evitam o infanticidio. É porém incontestavel, que o receio que tem as mulheres menos bem morigeradas de terem filhos, as colloca em embaraços, refreando-se não poucas vezes as paixões, e neste caso a existencia das rodas contribue de alguma maneira para dar remedio a seu desenfreamento.

A questão é grave — é melindrosa — é sublime. A suppressão das rodas não está, no meu entender, no espirito do seculo actual; estudar os alvitres para se attenuar a exposição é o que a época está pedindo. Para este ponto é que chamo a attenção da junta, pois, com bem magoa o digo, vejo que se vai realisando o que ha meio seculo muitos economistas vaticinaram: — o augmento do numero dos expostos, e conseguintemente uma crise financeira que nos ha de envolver!

Como causas principaes do crescimento da exposição pódem assignar-se a miseria, a devassidão, as dissenções politicas, o augmento de população. O sr. dr. Assis, um dos ornamentos da medicina portugueza, em um de seus trabalhos, apontando alguns meios para diminuir a exposição, expressa-se assim: — « Pela maior parte as mães, que abandonam o seu recem-nascido, procuram por um sentimento natural seguir-lhe a pista, e descobrir a residencia da ama, a cujos braços a administração o entregou. Este exercicio clandestino dos direitos da natureza, é um abuso que a administração deve tratar de reprimir quanto antes. Quando hajam suspeitas de se haverem descoberto relações entre as amas e os paes da creança, será o exposto transferido para outra ama de diverso concelho. As mães contrariadas por este modo em seus mais ternos sentimentos, vendo repentinamente anniquilada a sua solicitude, decidir-se-hão, com probabilidade, a reclamar o filho. »

Com quanto o illustre escriptor assevere que esta medida teve optimos resultados em França, diminuindo as despezas com os expostos, nós temos presentimentos de que pondo-se em pratica neste districto não poderemos contar igual fortuna. Que a ausencia produza o olvido, é da natureza do coração humano; e nós por isso presumimos que a facilidade que a mãe tiver de saber onde existe o filho, lhe desafiará a sensibilidade a visital-o uma e muitas vezes: as lagrimas do innocente compungil-a-hão, os seus risos hão de enleval-a, os cuidados que lhe merece esta tenra planta far-se-hão distinctos, até que finalmente aquella que tinha renunciado o seu amor, reclame o filho e prefira agora este caro penhor a todas as considerações e grandezas do mundo!

Seria todavia congruente fazer-se um ensaio sobre aquelle systema, dando-se ordens severas ás directoras e mais empregados das rodas, para guardarem sigillo a respeito do local em que se achar qualquer exposto.

Da indagação da paternidade poderá talvez tirar-se grande proveito para restringir a exposição. Em Inglaterra, diz M. Pillet, logo que se suspeita que uma rapariga pobre está pejada, os «overseers,» ou inspectores, e vigias da parochia a que ella pertence, assim como a sua familia, a mandam prender e levar a casa do magistrado. Obrigam-na a declarar, debaixo de juramento, sobre a Biblia, quem é o pai de seu filho, e uma vez que o declara, é logo preso, e conduzido perante o magistrado em virtude d'um « Warrant, » e o obrigam ou a desposal-a, ou a pagar uma quantia nunca menor que vinte e cinco libras esterlinas. Algumas vezes a quantia é considerabilissima, em rasão da fortuna conhecida ou presupposta do pai que se deu á creança, e é destinada ás despezas do parto da rapariga, e á manutenção e educação do recem-nascido. Só na recusa de casamento, a quantia uma vez determinada é immediatamente metida no cofre dos «overseers;» quando não, constituem o pai preso por divida, e não é solto senão pagando, ou obrigando-se por fiança a pagar. Se é elle muito pobre para effectuar o pagamento, contentam-se então com obrigação affiançada de indemnisar a parochia das despezas, mediante um certo desconto que se lhe faz todas as semanas nos seus salarios, até que a creança chega á edade de sete annos, edade em que se suppõe poderá prestar alguns serviços, e em que vai ser entregue a um mestre por dez annos.

É evidente quão impolitica e até immoral era esta

lei, que a maior parte das vezes servia para especulação da mulher dissoluta! Hoje porém a declaração e o juramento da rapariga estão muito longe de serem provas que bastem para justificar em juizo a paternidade.

Outro meio indica o sr. dr. Assis, tendente á restricção da exposição, ensaiado em França com feliz resultado. Consiste em obrigar as mulheres que teem o seu parto em administrações hospitaleiras a dar de mamar aos filhos nos primeiros dias, porque depois desta operação, são ellas as proprias que pedem para os conservar, quando no primeiro momento tinham querido affastal-os de si, e mandal-os para a roda. Deste modo se tem achado confirmada a interessante observação de que o cumprimento de um primeiro dever maternal dispõe para se cumprirem os outros. A mãi prende-se ao filho, na rasão directa da canceira, que este lhe deu, e não lhe torna a retirar o peito depois de lho haver uma vez dado.

Applicando estas idéas luminosas aos nossos estabelecimentos hospitaleiros, porque não hão de as mezas das santas casas da misericordia identificar-se com esta doutrina, a fim de que as mulheres que buscarem esses piedosos asylos para se aliviarem, conservem seus filhos todo o tempo que alli permanecerem? Á mãi repassada com as vivas dôres do parto póde ser indifferente a ausencia do filho, póde até repelil-o; mas passado esse transe brotam-lhe no coração aquelles sentimentos, que a penna magistral de Chateaubriand tão excellentemente contornou, considerando-os effeito da Providencia, sob o titulo significativo de *Amor Maternal*.

É mui louvavel o costume que ha neste districto das pessoas abastadas não receberem em casa para aleitarem seus filhos senão mulheres casadas, e estas de reputação illibada. Em Portugal verifica-se o contrario, e especialmente no Porto, e provincia do Minho, onde as amas por via de regra são solteiras, e para criarem os filhos alheios entregam nas rodas os proprios.

Tal procedimento, e a condescendencia das pessoas que as procuram para amas, é uma das causas da grande exposição no continente; e tanto melhor é o tratamento que lhes prodigalisam os pais da creança, e maiores são os lucros que d'ahi retiram, tanto mais preferem aquella vida a outro qualquer genero de serviço.

Estamos chegados á parte estatistica dos expostos, e á crise financeira das camaras municipaes.

No anno economico de 1848-1849 entraram nas 5 rodas do districto 423 expostos, e falleceram 255! No anno economico de 1849-1850 entraram 479, falleceram 296! E nos annos economicos 1850-1851, e 1851-1852, não obstante ainda não haverem todos os dados para se organisar a sua estatistica, comtudo já se póde assegurar que a exposição é consideravelmente maior, e a mortandade proporcional.

Não se depara em nenhuma estatistica dos dezesete districtos administrativos do continente com mortandade tão espantosa, em relação ao numero total dos infelizes que são recebidos em similhantes administrações! Isto é repellente — é immoral — é uma grande mancha na época civilisadora em que vivemos — é, mais que tudo, grave descredito para as auctoridades a quem cumpre velar por esta classe desvalida, e que devem empenhar todo o pundonor no estudo de taes problemas sociaes. A estatistica dos expostos do districto administrativo de Braga dá, no anno economico de 1847-1848, expostos existentes e entrados 3:332, fallecidos 501; 15 de 100: — no anno economico de 1848-1849, existentes e entrados 3:188, fallecidos 382; 12 de 100: e no anno economico de 1849-1850, existentes e entrados 3:160, fallecidos 348; 11 de 100.

Comparem-se as duas estatisticas e repentinamente se verá a lei da mortalidade dos expostos em um e outro districto!

Mas que resta obrar nesta conjunctura? Estudar as causas d'uma mortalidade tão frequente — examinar se a applicação da vaccina e todas as disposições sanitarias são fiscalisadas competentemente pelos facultativos — procurar saber se as amas curam dos expostos com aquelle cuidado e interesse que devem — e sobretudo buscar restringir o numero da exposição, e ainda mais o numero dos fallecidos: nisto se resumem as melhoras reaes deste estado social.

A junta conhecendo em 1850 pelo relatorio do sr. governador civil, e pelas contas relativas ao anno economico de 1848-1849, que no anno subsequente appareceria algum deficit contra o cofre do districto, resolveu augmentar as quotisações ás camaras municipaes, penetrada de dois justos principios: satisfazer á despeza daquelle anno, e fazer desapparecer o deficit do anno antecedente. Todavia o numero dos expostos cresceu, e conseguintemente as despezas, de modo que o deficit, apparecendo muito maior, collocou a junta em serias difficuldades. Como removel-as, pois? Na presença d'um tão grande deficit (pois já montava a réis 1.722:364) e da despeza provavel que tinha de realisar-se até ao anno economico de 1850-1851 combinada com a respectiva receita, a junta augmentou a cifra das quotisações com que as camaras deveriam contribuir no anno economico de 1851-1852, porque só desta arte se faria face á despeza respectiva, e simultaneamente ao deficit que deveria apparecer neste anno.

Tal é o summario dos motivos allegados pela junta geral. As quotisações ás camaras municipaes, foram em consequencia disto elevadas a réis 14.360:000.

Para melhor se avaliar quanto e como as quotisações tem augmentado desde 1847-1848 até agora, eis em globo a sua escala ascendente:

1848-1849, réis 10.530:000:
1849-1850, réis 11.172:800:
1850-1851, réis 11.500:000:
1851-1852, réis 14.360:090:

— e a julgar as quotisações por este progressivo augmento, tempo viria em que os reditos das municipalidades fossem diminutos para sustentação dos expostos, e em que a agiotagem que d'aqui proviesse fosse de mui difficil extirpação.

Dado em hypothese que as quotisações continuem a ser repartidas quaes hoje se acham, algumas camaras não poderão, á mingua de recursos, concorrer no cofre do districto com a parte arbitrada: como compellir então as municipalidades pobres a um tal pagamento? Com que justiça, com que direito se lhe poderá dizer: infringistes o artigo 2.º § 2.º

do regulamento da junta geral — mereceis punição?

Senhores da junta geral! apresento-vos um alvitre sobre a amortisação do deficit existente! A lei de 13 de fevereiro de 1845, pela qual o governo foi auctorisado a determinar, e a pôr em execução do modo mais conveniente a este districto, as providencias que julgasse necessarias para se conseguir a extincção do insecto destruidor das laranjeiras, diz no art. 3.º— «o governo applicará exclusivamente ás despezas que se fizerem com a extincção daquelle insecto o producto do imposto creado pelo art. 2.º, e o excedente, se o houver, ficará pertencendo ao cofre geral do districto.»

Nisto tendes a tabua de salvação: — applicai pois o remanescente que a lei vos offerece em favor dos filhos da miseria! Se os interesses materiaes do districto pedem bancos e estradas — se a religião, e a philosophia reclamam asylos de beneficencia — se Deus e o christianismo abençoam o soccorro que se dá ao indigente — quem mais indigente do que o exposto? Considerai-o por todos os modos, e vereis que vos não minto. Attendei porém que se não fizerdes obra por algum dos meios indicados para attenuar a exposição, novo deficit vos reapparecerá em menos de dois annos.

O sr. deputado, dr. Jeronymo José de Mello, apresentou em janeiro de 1850 na camara electiva um relatorio e projecto de lei sobre expostos, que julgo muito a proposito recommendar-vos, porque parece-me que encerra muitas verdades de que, se vos aprouver, podeis tirar proveito para um dos mais importantes pontos da vossa consulta.

Concluirei este trabalho suggerindo outra idéa á junta geral. Parece indispensavel e urgente, que se faça regulamento interno para as rodas do districto, porque é impossivel que sem esta lei reguladora se não viciem a cada instante certos principios que devem reger casas de tal ordem. Se aonde existe lei muitos obram como não devem, com a falta della têem garantidos ainda os seus mais extravagantes caprichos. Não sou deslembrado do que por vezes escutei a um homem, que bastantes annos foi vereador encarregado dos expostos na cidade do Porto, e a quem mais que todos venero pelo amor filial, e pelas virtudes austeras que o caracterisam; relativamente aos beneficos resultados que se colhiam da existencia, e conscienciosa observancia de similhante regulamento. Se a caridade pois nos manda proteger a vida dos expostos — se os interesses desta ilha nos pedem disvelos — olhemos accuradamente a administração presente, e trate quem deve de regular a administração futura.

OBRAS DA BARRA DE VIANNA — EXPORTAÇÃO DE CEREAES.

Tivemos a honra de ser um dos mais constantes defensores da lei que promoveu a exportação dos nossos cereaes acabando com os direitos que pesaram sobre a sua exportação; e por esse motivo as obras da barra de Vianna, que tanto pódem favorecer este nosso ramo do commercio externo, são um ponto que muito merece a nossa attenção.

Vimos com prazer que o sr. Joaquim Honorato Ferreira, adoptando a este respeito um projecto, fructo de aturados estudos sobre o assumpto, o considerou como seu na conformidade do regimento da camara dos srs. deputados, e por este meio o apresentou á mesma camara, sendo tambem assignado pelos srs. Placido d'Abreu e Carlos Bento da Silva.

Este projecto vem publicado no Diario do Governo n.º 27. Achamos muito conveniente esta publicidade, mormente pelo justo motivo que aponta o relatorio quando diz:

« Senhores: os commerciantes da provincia que « vai ser beneficiada, acostumados a trabalhar para « adquirir, foram os proprios que se offereceram » para pagar o beneficio, mediante um imposto local, « percebido na alfandega da cidade de Vianna; e é « porque as consequencias desse imposto vão affec- « tar toda a população da provincia, que eu entendo « que se deve dar a maior publicidade ao projecto « antes de ser discutido. »

Em nossa opinião achariamos muito mais conveniente, se o paiz estivesse na situação economica em que podia estar, que esta e outras obras locaes de interesse geral se fizessem pela receita geral do estado, sem o desiquilibrio que no systema das contribuições causa esta e outras tabellas especiaes de direitos addicionaes.

Os generos collectados são, como era de esperar, na maioria, alimentos ou materias primeiras, e o seu augmento de preço não ha de só prejudicar os habitantes da provincia, mas todos quantos carecem de ter valores para trocar pelos productos ou pelo trabalho dessa provincia. E se o prejuiso não é local, tambem o beneficio do melhoramento da barra o não é, porquanto não só o proveito da exportação se estende a outras terras, mas o incremento da navegação nacional, muito devido a este commercio, é uma vantagem geral do paiz.

Com estas considerações não impugnamos a base do projecto, mas, leaes aos nossos principios, manifestamos o desejo de que os meios podessem sahir da receita geral do estado.

Terminaremos publicando um curioso mappa da exportação do milho pela barra de Vianna, o qual a nosso pedido nos foi de Lisboa mandado para Londres por um nosso amigo, para ahi rebatermos o modo errado por que se considerava um dos pontos da nossa producção agricola.

S. J. RIBEIRO DE SÁ.

Mappa do milho exportado pela barra de Vianna do Castello nos annos de 1848, 1849 e 1850.

ANNO	NAVIOS		PARA OS PORTOS ESTRANGEIROS		PARA OS PORTOS NACIONAES		TOTAL DA EXPORTAÇÃO	
	Portuguezes	Inglezes	Moios	Alqueires	Moios	Alqueires	Moios	Alqueires
1848	43	29	19:205	16	7:628	30	20:833	46
1849	36	25	13:448	35	2:142	93	15:590	58
1850	20	15	12:327	9	3:772	26	16:097	35
	99	69	44:981		13:540	19	58:520	19

NOTA. — O numero de navios são os que conduziram carga para os portos estrangeiros; pois que os que foram para portos nacionaes não se podem marcar com exactidão, pelas suas cargas não serem sómente milho.

As quantidades são marcadas por moios e alqueires da medida de Lisboa, a que se reduziu a medida de Vianna calculando o accrescimo, termo medio, de 19 por cento.

ESCRAVATURA BRANCA.

O nosso benemerito correspondente em Pernambuco, zeloso pelo bem de seus compatricios illudidos por um mal entendido interesse e alliciados por suggestores perfidos, possuido dos verdadeiros sentimentos humanitarios, nos escreve a carta que em seguida transcrevemos, sobre o importante assumpto que já por vezes tem sido tractado neste jornal com a mira de salvar os que sonham riquezas aventurando-se a uma perigosa emigração.

Sr. Redactor. — Os intoleraveis portes dos jornaes portuguezes quando vem em os vapôres inglezes para este paiz, são a causa de só haver um exemplar dos seus n.os 45, 1, 2, 3 e 4 da REVISTA UNIVERSAL LISBONENSE em esta cidade, bem como das *Populares* de 15 de agosto a 13 de setembro, mas foram por mim cuidadosamente examinados, como sempre costumo.

Agradeço a v. tomar em consideração as minhas queixas, e continúo a pedir-lhe que em vista de quanto v. , a *Revista Popular* nos n.os 26 e 34, e a *Revolução de Setembro* n.º 2:794 tem publicado, e que tudo tem sido por meus rogos; bem como pelo contido no n.º 2:824 deste ultimo jornal, e por quaesquer outras informações que a v. tenham enviado portuguezes que não se esquecem da terra em que nasceram, se digne escrever o que julgar mais util para se obter a cessação da desgraçada emigração portugueza para o Brazil, e a indifferença com que se habituam os portuguezes, logo que chegam a este imperio, a julgar de Portugal!!

A causa maior para este ultimo e vergonhoso crime, é a nenhuma educação que lhe é ministrada em suas terras, e que chegando a este paiz, cada vez vão a peior, lançando-se sofregamente em a conducta que seus patricios residentes por cá ha mais annos tem estupidamente seguido.

Artigos pouco extensos, muito energicos, repetidos ao menos uma vez cada mez por os differentes jornaes sem excepção em letras maiores que as de uso geral em cada um delles; nos quaes se patentee a verdade, e consequencias infalliveis de erros de tão antiga data, mas por isso mesmo que mais prompto deve ser o remedio para terminar taes males, será mais que bastante para se experimentar differença favoravel em estes dois pontos, e a que me refiro desde fevereiro do corrente anno.

Em julho começou este esforço, em que já tres jornaes tomaram parte, espero que todos os coadjuvem com o maior interesse, e sem excepção.

Qual será presentemente o interesse nacional portuguez que mais deva prender a attenção do Governo, das camaras legislativas, da imprensa, e de todos os portuguezes?!!!

Porém, que a imprensa não cesse de bradar por este motivo em quanto um só navio se atrever a abusar da tolerancia do povo portuguez, e até que á sua poderosa influencia se submettam os outros poderes que deviam ser igualmente vigilantes.

Perdi de mandar em o vapôr a carta que tinha

prompta, por ella lhe provo sr. redactor quanto eu espero; e quanto respeito eu voto a v., e ao seu jornal.

Peço-lhe sr. redactor, que meu humilde nome só appareça quando seja necessario sustentar qualquer asserção da minha escripta.

Agradecendo novamente a sua muita indulgencia para comigo, e promptidão para tudo quanto é de interesse publico, me confesso sr. redactor

Seu constante leitor

Pernambuco 20 de outubro de 1851.

——

Ainda bem que as auctoridades do districto de Ponta-Delgada tem tomado as medidas que folgamos mencionar, copiando as seguintes linhas de um jornal dessa cidade.

As medidas tomadas pelo chefe administrativo, contra o escandaloso e revoltante trafico da *escravatura branca*, tem produzido já alguns resultados, que nos parece devem concorrer para que no futuro, ao menos, se não pratiquem tantas immoralidades.

Feitas as visitas aos navios com o rigor que a lei exige, é muito difficil illudir os regulamentos do porto, e a prova é que agora tem sido feitas varias prisões em flagrante delicto, e que o proprio consignatario de um dos navios que estava a dar á vella para o Brazil, foi preso e vai entrar, ou está em processo, por ter transgredido o termo de responsabilidade que assignou, quando todos sabem que, até aqui, este crime se commettia quasi sempre impunemente.

A impunidade é que tem animado esses negociadores de gente branca a emprehenderem este trafico em tão grande escala. Agora já não será tão facil arranjar essas levas de mancebos incautos, pelos campos, porque lá ha de constar, que são punidos os que se fiam nesses agentes do crime, e embarcam sem passaporte.

Embarcar de penedo, e ír para o mar esperar o navio é mais difficil, e isso mesmo se póde evitar com as duas pequenas embarcações armadas que por tantas vezes tem sido requisitadas.

Nunca é de mais o que se faz contra este abominavel trafico. Á imprensa cumpre estar sempre alerta para denunciar qualquer abuso, que se pratique sobre este objecto.

(*Correio Michaelense.*)

VINHO EXPORTADO PELA BARRA DO PORTO EM 1849.

		Jeropiga	Aguardente	Vinho	Total geral
		Pipas	*Pipas*	*Pipas*	*Pipas*
Europa	Grã Bretanha	101	2	24:574	24:629
	Outros portos	34	6	5:350	3:390
	Reino e possessões	6	169	320	496
Para fóra da Europa	Estados Unidos	1:088		3:832	4:921
	Brazil	19	25	5:583	5:627
	Outros portos		1	3:975	3:976
	Somma	1:249	204	41:588	43:013

PARTE LITTERARIA.

A MOCIDADE DE D. JOÃO V.

ROMANCE.

Capitulo XVIII.

EM QUANTO VENTA MOLHA A VELLA!

D. Pedro II fazia a sua residencia nos paços de Alcantara. Era alli, que sendo ainda infante, pousára o primeiro osculo de vassallo, já tre-

mulo das ancias do affecto, na mão da princeza D. Maria Francisca Isabel de Saboya, que ía ser rainha, e á qual o seu coração e a fortuna deram depois o suave nome de esposa.

Mal cuidava Affonso VI, armando com pompa estes aposentos reaes, que a delicada mão de uma dama havia de pegar no sceptro com tanta força, e quebrar-lh'o sem piedade. Mal previa então o herdeiro dos duques de Bragança que, envenenadas por uma paixão ardente, as ambições do infante se levantariam tanto que olhassem destemidas para a corôa, rompendo a lucta dos dois irmãos, lucta implacavel, cujo premio era o throno, cuja esperança era o amor, e as suas delicias a preço de um quasi fratricidio....

Vendo-se declinar rapidamente, duas vezes viuvo, e sentindo sempre o coração carregado do lucto da primeira esposa, D. Pedro II, por instincto, procurava os sitios, onde a fortuna o fizera monarcha e ditoso amante. Quando el-rei silencioso e solitario pisava as salas e as galerias desertas, nas quaes em dias venturosos colhera as flores tão mimosas da paixão, e ouvira de uma bocca adoravel as promessas desejadas, a saudade, sombra plangente d'aquella que tanto amou, seguia-o por toda a parte, aqui lembrando um sorriso, alli uma palavra, enchendo tudo com a memoria da mulher que chorava. Proximo a entrar no tumulo da esposa, o irmão podia curvar a cabeça ao remorso, mas o amante, se erguia os olhos ao céu era só para attestar a dôr com as suas lagrimas....

El-rei D. Pedro habitava os quartos de sua primeira mulher. As custosas armações, que tantos sustos causaram ao illustre secretario Antonio Cavide, ainda eram as mesmas; os moveis, as guarnições, as tapeçarias, e as alcatifas, dispostas ao gosto da primeira rainha, conservaram-se como as ella deixara, servindo de memorias á magua do monarcha, magua que talvez precipitou os dias da segunda esposa, D. Maria de Newburgo, inconsolavel por vêr a sombra de um sepulchro mais poderosa no coração de seu marido do que a luz dos lindos olhos, desejosos de reinar sobre quem não queria ser escravo delles.

Seriam quatro horas do dia 4 de dezembro de 1706. O tempo não estava chuvoso; mas soprava um vento humido. A manhã tinha sido trabalhosa para o monarcha; o despacho com os secretarios de estado; a conferencia com o ministro inglez lord John Methwen, e o exame de alguns papeis, occuparam el-rei até á uma hora, em que por costume inalteravel se assentava á mesa de jantar. Sua magestade repetia muitas vezes a grande maxima de que — em não se comendo bem, por força se havia de trabalhar mal; — e cumpria-a com o appetite curioso, que então dourava as qualidades de alguns principes reinantes, tornando-os sem disputa os primeiros gastronomos dos seus estados.

A escolha e a quantidade dos manjares, na real ucharia de Alcantara, não deixavam nada a desejar; e póde-se crer, que a faminta imagem da dieta fugiria horrorisada, se penetrasse na casa, aonde o filho de D. João IV honrava a memoria culinaria dos Vitellios em copiosos sacrificios.

D. Pedro II tinha habitos enraizados. Dos mais firmes e elegantes cavalleiros do seu tempo, nutria pelos exercicios equestres um gosto decidido, que nem a idade nem os pesares podiam diminuir. Apezar do conselho dos medicos, e dos incommodos, cada vez mais frequentes, que lhe minavam a saude, apenas acabava de jantar, sua magestade descia ao picadeiro, e entretinha-se duas e tres horas a cavallo no meio do applauso dos camaristas e da admiração dos picadores, porque, sem lisonja, era um mestre consummado. Quem o conhecia, não ignorava que a melhor occasião de alcançar delle qualquer mercê era á entrada da missa e á sahida do picadeiro. Talvez não houvesse exemplo de ninguem achar a munificencia do principe inferior á sua devoção ou á sua satisfação, se tinha conseguido emboscar-se nas proximidades das duas portas da fortuna.

Neste dia, o mesmo em que passou a conferencia de Sebastião de Magalhães com o seu visitador, o sr. D. Pedro fizera prodigios, e recolhia-se radioso. Á porta, sua magestade achou o padre confessor. Sacudindo com a vara o pó que lhe cubria as largas e pezadas botas; conchegando a bella casaca de picador; e compondo os punhos e a tira de renda amarrotadas, o monarcha sorriu-se, e deu a mão a beijar ao mentor espiritual. O jesuita poz o joelho em terra, e murmurou em voz submissa algumas supplicas, que tiveram favoravel acolhimento. Depois disto, el-rei seguido do primeiro camarista de semana entrou no paço, e chamando o seu guarda-roupa foi-se mudar de trajo.

A casa, em que D. Pedro II expedia o despacho e dava audiencia, era a antiga casa, chamada do « Estrado » toda forrada de damasco escarlate com sobre-portas e janellas de brocado,

ornadas de guarnições de oiro. O bofete marchetado, cuberto de um panno de veludo azul com os escudos reaes nas pontas, servia de carteira e carregava, além da immensa escrevaninha de prata, com grande quantidade de livros e papeis. Um crucifixo alto de marfim levantava-se no tôpo da sala, defronte da cadeira do monarcha: vinte laminas grandes de bronze, em molduras pretas entalhadas, com bellos paineis de fina pintura, enfeitavam as paredes. Seguia-se para o interior a casa do « Oratorio » com sobre-portas e guarnições de lhama carmesim repassada, abrindo duas sahidas para a « galleria da rainha » armada de telas amarellas. Era por esta galleria que se passava da casa do « Estrado » e do « Oratorio » para a alcova e quartos particulares de el-rei. Segundo a etiqueta não havia mais cadeiras do que a apparatosa poltrona de veludo franjado, aonde presidia o soberano, e assentos de damasco roxo sem franja nem espaldar, em que os principes assistiam ao conselho, quando eram chamados. Os secretarios de estado despachavam em pé, ou de joelhos nos coxins, collocados em volta do bofete; e os conselheiros de estado davam o seu voto em bancos, dispostos em semicirculo, de ambos os lados da cadeira real.

Antes da « casa do Estrado » havia mais tres salas exteriores: — a sala dos Tudescos, aonde estava a guarda alemã; — a sala da tocha, aonde o porteiro da canna, revestido da capa e insignias do seu cargo, cumpria as ordens de sua magestade — e a sala do docel, immensa quadra forrada de preciosas tapeçarias, representando a vida do sabio de Israel, o rei Salomão. Estas salas davam entrada umas para as outras, e abriam as estreitas e altas janellas para a bella varanda de pedra, que deitava sobre o Tejo, costeando esta ala do palacio, ou quinta real. Da casa do « Estrado » ía uma escada particular até ao jardim, fechado de grossos muros, e armado com a impertinente symetria, que era impreterivel naquelle tempo.

Meia hora depois de voltar da picaria, D. Pedro II, precedido pelo marquez de Marialva, seu gentil-homem da camara, e por dois pagens em corpo, vestidos de preto, entrou na casa do « Estrado. » Os pagens correram o reposteiro, e ficaram um defronte do outro, guardando a porta, que abria para a sala do docel. O marquez, de pé, e dois passos atraz da cadeira de seu amo, esperava silencioso as suas ordens.

A alegria do rei tinha desapparecido. Um veu de melancolia reflexiva entristecia-lhe o rosto, cuja expressão era severa e carregada. D. Pedro II, robusto de corpo, e na idade de cincoenta e oito annos, ainda promettia a quem o contemplava as forças extraordinarias de que a natureza o dotára. De elevada estatura e magestoso porte, os olhos pretos, grandes, e rasgados, tinham as sobrancelhas bem arqueadas e escuras, e antes da molestia, que o consumia, brilhavam cheios de viveza; e agora ainda eram faceis de animar se alguma repentina comoção lhe vinha inflammar o animo. Trigueiro e de pouca côr, o beiço inferior bastante grosso descahia como o de seu pae; e um modo aspero de encarar as pessoas que o desgostavam despedia os importunos. A cabelleira descia em tres cachos grandes de anneis até aos hombros, e lambendo-lhe a testa, dava uma sombra triste á phisionomia, já de si pezada. Sua magestade appareceu vestido com a maior simplicidade, para não dizer negligencia; e distrahido nem tinha visto o seu camarista de semana, que esperava immovel que os olhos de el-rei o descubrissem, tendo entrado alguns instantes depois.

O monarcha acordou da sua meditação, e exhalando um suspiro:

— « Conde » — disse elle — « chame o padre confessor. »

— « S. reverendissima espera as ordens de V. magestade. «

— « Que venha! E o conde de Pombeiro? »

— « Entrou agora mesmo na sala da tocha. »

— « Va-o buscar. »

Momentos depois, o padre Sebastião, saíndo da casa do « Oratorio, » e o capitão das guardas, conde de Pombeiro, entrando pela sala do docel, inclinavam-se beijando a mão de el-rei.

D. Pedro II olhava para o jesuita e parecia contrariado do seu silencio. Entretanto, disfarçando na frieza do tom o grande interesse da pergunta, abriu a conversação;

— « Esteve com S. alteza, padre Sebastião? » — interrogou elle.

— « Saberá V. magestade que sim. »

— « Communicou-lhe as ordens de seu pae? »

— « Obedeci a V. magestade. »

— « E então? »

— « S. alteza não se dignou responder. »

— « Ah! » — exclamou o monarcha enrugando a fronte e com um grande brilho na vista. — « S. alteza não deu resposta? »

— « Nenhuma, absolutamente, meu senhor. »

— « Avisou o principe de que ordenei que assista hoje ao conselho de estado? »

— « Cumpri as ordens de El-rei. »

— « E o que disse? »

— « Que estando preso não podia sahir sem uma ordem expressa de el-rei seu pae. »

— « Muito bem! S. alteza não disse mais nada? »

— « Mais nada. Abaixou-me de leve a cabeça, e virou-me as costas.

— « Conde de Pombeiro » — disse D. Pedro, virando-se para o seu capitão das guardas — « daqui a meia hora irá com o infante D. Francisco, em um coche da casa, aos paços da Ribeira, e debaixo de prisão condusirá o principe real á minha presença. O infante recebeu as ordens. Póde retirar-se. Padre Sebastião, fique! »

— « V. magestade permitte? Quem ha de receber a espada de S. alteza real? » — perguntou o Conde de Pombeiro muito pallido.

— « Ninguem. Dirá o conde ao principe que el-rei ordena que lha entregue elle proprio. »

Apenas saíu o capitão das guardas, D. Pedro II levantou-se com impeto, e olhando para o seu confessor, exclamou:

— « É preciso um exemplo! Ou S. alteza obedece e tenho filho, ou mando preparar na torre os quartos, em que falleceu o principe D. Theodosio. Não hei de consentir que se levante uma creança contra a minha vontade, e contrarie projectos uteis á sua gloria, e á felicidade destes reinos. . . . Marquez, vá a casa de D. Luiz de Athaide, e diga-lhe de ordem de el-rei, que venha ámanhã sem falta ao paço, depois da missa. Se D. Luiz perguntar o motivo, deve responder que é segredo de estado. Estas loucuras hão de acabar por uma vez. . . . »

— « V. magestade permitte uma observação? » — acudiu o confessor, logo que o marquez de Marialva se ausentou.

— « Diga. »

— « Suspeito que os amores attribuidos a S. alteza são falsos. »

— « Ah! »

— « Sei de boa fonte que o principe meu senhor nem conhece a D. Catharina de Athaide. »

— « Informaram mal o padre! . . . » — exclamou el-rei colerico. — « S. alteza por causa della é que me desobedece, e eu não quero quem incite resistencias ás minhas ordens. D. Catharina ha de sahir de Portugal, ou ha de professar dentro de tres dias. . . Veja se chegou Diogo de Mendonça, ou se estará no paço o vedor Fernão de Sousa. »

Era preciso que a irritação do monarcha fosse grande para tractar com tanto desabrimento o seu confessor. Este, vendo os ares revoltos, encolheu-se na sua roupeta, e sahiu de costas viradas para a porta, com tres profundas cortesias, que mais pareciam genuflexões humilissimas. Depois, mettendo as mãos na manga, tractou de procurar o vedor para lhe servir de para-raios, visto estar eminente grande tempestade no animo de el-rei. »

L. A. REBELLO DA SILVA.

(Continúa.)

NOTICIAS E COMMERCIO.

Honra ao merito. — O ministro dos negocios estrangeiros em França, encerrando as conferencias sanitarias, agradeceu em nome do presidente da republica aos illustres membros desta conspicua assembléa os seus serviços e intelligente zelo, e lhes fez saber que estavam nomeados cavalleiros da legião de honra. Nesta distincção se comprehendem os dois representantes de Portugal o sr. conselheiro José Maria Grande e o sr. J. Mousinho da Silveira. Ambos se houveram por tal maneira que honraram os seus nomes e a sua patria, pela brilhante parte que tiveram nos trabalhos de tão importantes conferencias. Em artigo especial em que os seus trabalhos serão mencionados, provaremos cabalmente que a distincção recebida pelos nossos dois illustres amigos é uma verdadeira HONRA AO MERITO.

Obras publicas em Hespanha. — Por uma lei foi ordenada a canalisação do Ebro. Um acreditado engenheiro francez, M. Pourcet, assumiu a direcção desta grande obra, da qual todos os trabalhos serão dirigidos por engenheiros francezes. É quasi certo que o sr. Salamanca obteve a concessão de uma linha ferrea, partindo de Aranjuez para Alicante, e ligando assim Madrid com o Mediterraneo.

Santo hespanhol. — A igreja de Hespanha vae enumerar no catalogo de seus santos o veneravel servo de Deus fr. João Peccador, natural da villa de Ubrique, provincia de Cadiz, da ordem dos hospitaleiros de S. João de Deus. O postulador na causa da beatificação avisou de Roma que no dia 27 se reuniria perante o santo padre a congregação de ritos para decidir a mesma beatificação.

Ultimos romances publicados em França. — *Une Vieille maitresse* par Barbey d'Aurenilly. *L'Ombre du Bonheur* par la Comtesse d'Orsay. *Le Pays Latin* par Murger.

Verdadeiros trabalhos parlamentares. — Eis aqui o curto mas grandioso programma dos trabalhos votados pelo congresso dos Estados Unidos ha pouco aberto.

Caminho de ferro de Missouri a S. Francisco.

Linha de barcos a vapor de S. Francisco á China.

Estabelecimento de uma casa de moeda na California.

Exportação de cereaes em dezembro. — Lê-se na *Revista dos Açores*. Para Lisboa e outros portos; trigo 209 moios, milho 750 moios e 22 alqueires, fava 122 moios e 55 alqueires, feijão 6 moios e 34 alqueires, tremoço 6 moios e um alqueire.

Exportação de laranja. — Em S. Miguel até 3 de janeiro exportaram-se para diversos portos estrangeiros 36.080 caixas grandes de laranja, 5.313 pequenas, 4 de tangerina, e 11.650 malotes á americana. Continua o preço da laranja na ilha a réis 1$000 a caixa grande e captiva.

Theatro de S. Carlos. — *As quatro nações*. Com este titulo subiu á scena uma dança jocosa em 4 actos que tem sido bem recebida pelo publico.

Não se póde exigir muito em composições deste genero. As situações comicas estão já tão *exploradas*, que é difficil encontrar novidade, e eis a rasão porque bem poucas danças de carnaval conseguem passar incolumes na primeira representação. Esta pelo contrario tem tido alguns applausos, e seja dita a verdade não é destituida de merecimento no seu *ensemble*, promovendo amiudadas vezes, e sem ser por meio de exagerações ridiculas e de mau gosto, a hilaridade do espectador.

O enredo é simples e de facil comprehensão, e offerece campo a que tomem parte nelle varias artistas do corpo de baile, qne é de justiça dizer que tem dado boa conta de si. Não sabemos, porém, a razão porque f i confiado o papel do *hespanhol* ao sr. Faria, quando o dos outros *amantes* é desempenhado por artistas do sexo feminino. De certo entre o corpo de baile não faltaria quem se encarregasse desta parte, o que produziria sem duvida muito melhor effeito, e seria mais conforme com o gosto dos *dilettanti*.

É certo tambem que á sr.ª Cappon competia o *papel* das quatro *damas mysteriosas* que apparecem no 3.º acto, mas não levamos a mal essa incoherencia, que proporciona occasião a figurarem as sr.ªs Erminia, e Poletti em dois bonitos passos que dançam.

A sr.ª Cappon vae bem na parte da maliciosa *coquette*, e dança com esmero e delicadeza o *passo* com a sr.ª Romilda bem como a *polka* com a sr.ª Sophia, bello e guapo official polaco, que faz honra á mocidade daquelle paiz.

Em quanto á sr.ª Romilda ninguem melhor desempenharia a *caricatura* que representa. A naturalidade de seus gestos e sobretudo a extraordinaria vivacidade de seu caracter tem-lhe attraido a attenção do publico. O que porém lhe recommendamos, é que se não deixe seduzir pela ambição de applausos, sacrificando-lhes aquella propriedade e moderação que mesmo em papeis deste genero convem sempre manter.

A parte do *hollandez* foi judiciosamente dada a sr.ª Devecchi cujo temperamento diametralmente opposto ao da artista de que acabamos de fallar, a torna mui propria para exprimir aquella frieza do Norte.

A sr.ª Erminia tem sido applaudida no *passo hespanhol*, e o bom acolhimento que tem tido deve servir-lhe de estimulo a proseguir com estudo e perseverança na carreira a que se dedicou.

No 4.º acto a illuminação repentina apparece no jardim incomprehensivel; verdade é que produz bello effeito, mas não deixa de ser uma anomalia. Mas emfim para termos um bello golpe de scena vale bem a pena suppor que o baile é mythologico ou phantastico. O que desejariamos, porém, é que acabasse mais animado com um passo, por exemplo, das *quatro nações*; ou de qualquer outro modo. Afóra este, e outros pequenos defeitos, a dança tem merecimento, e o sr. Cappon póde estar satisfeito de ter conseguido, neste ponto, mais que outros compositores que o precederam.

T.

BIBLIOGRAPHIA.

Sahiu á luz, uma obra, que tem por titulo *Memoria sobre chafarizes, bicas, fontes, e poços publicos, de Lisboa, Belem, e muitos logares do termo* na qual se mencionam com exactidão, todos os chafarizes e bicas, que recebem agua do aqueducto geral, os que recebem agua das minas das aguas livres, sem entrar no dito aqueducto, e os que nada recebem das mesmas minas. Dá-se conta de todos os particulares, que recebem dos ditos chafarizes e bicas, citando as ordens das concessões. Dos ditos particulares, que recebem suas aguas pelo aqueducto geral, e de todos os estabelecimentos publicos a quem tem sido concedida qualquer porção della. marcando-se-lhe os respectivos diplomas.

Forma-se a historia em particular da maior parte dos dictos chafarizes, bicas, etc. não só comprovada com muitos documentos copiados do Cartorio das Aguas-Livres, e archivo da exm.ª camara municipal de Lisboa, e com permissão da mesma camara, mas tambem pelas muitas investigações oculares do seu auctor, como se verá na dicta obra. — Dá-se noticia das muitas tentativas, que houveram em tempos mais antigos, para se trazer a Lisboa a agua-livre.

Exhibem-se todos os documentos que precederam á factura do aqueducto geral, sua grande despeza, etc. etc., e além de muitos mappas, e interessantes noticias, que se contém nos sobredictos documentos, junta-se tambem uma planta de tres palmos de comprido mui bem lythographada, e illuminada do aqueducto geral desde as primeiras nascentes no Olival do Santissimo ao Norte de Caneças, até á Porcalhota, visto que a outra planta, que comprehendia desde o dicto sitio da Porcalhota até Lisboa, se desencaminhou, e não existe no referido cartorio. Esta obra, unica neste genero, fórma um bom volume em 4.º grande, com muito bom typo e papel.

Vende-se nas lojas do costume.